

O risco de se usar a Reforma Administrativa para um retrocesso golpista

Autor(a): Francisco Gaetani

Publicado em: 30 de agosto de 2021

Publicação: jota_import

Link JurisTube: <https://juristube.com.br/colunistas/francisco-gaetani/o-risco-de-se-usar-a-reforma-administrativa-para-um-retrocesso-golpista>

Fonte original: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/o-risco-de-se-usar-a-reforma-administrativa-para-um-retrocesso-golpista>

Identificador citável: juristube.com.br/colunistas/francisco-gaetani/o-risco-de-se-usar-a-reforma-administrativa-para-um-retrocesso-golpista#ep-616b8a2b

Resumo

Proposta do Governo introduz a figura do estatutário precarizado por prazo indeterminado

Texto integral

A proposta de Reforma Administrativa do Governo, elaborada pelo Ministério da Economia e enviada para o Congresso, está sendo discutida na mídia e no Legislativo. Os debates produzem oportunidades para melhoria da proposta, que contém, dentre outros pontos problemáticos, a estranha ideia de um novo regime estatutário precarizado. O Governo sinaliza a descrença no regime celetista como o vínculo adequado para prover quadros de organizações governamentais, e não chegou a este equívoco sozinho. Várias decisões judiciais revelam uma confusa visão do Judiciário em relação às diferenças entre os dois vínculos. O Supremo Tribunal Federal (STF), erraticamente, tem ora considerado que empregados de estatais estão protegidos da demissão, ora não. Em 2015, adotou a tese de que a demissão dos empregados de estatais deve ser sempre motivada; em 2018, reviu a tese, para limitar sua aplicação a empresas públicas que não exploram atividade econômica. O STF deve revisitar o tema em outubro. A proposta do Governo introduz a figura do estatutário precarizado por prazo indeterminado, porém sem os direitos do regime estatutário. Isto cria uma balbúrdia de regimes jurídicos paralelos. Paradoxalmente, o servidor “por prazo indeterminado”, se desligado, não fará jus ao FGTS ou a multa rescisória – um ponto para negociação? - e continuará sem poder recorrer ao Judiciário para fazer valer a data-base que, no plano federal, vem sendo ignorada há 18 anos. O Governo já dispõe de mecanismos amplos para contratação de temporários – que poderiam ter sido aprimorados, se ele próprio não se desinteressasse pela aprovação da MP 922. Pode demitir servidor, em caso de desempenho insuficiente, desde que regulamente a legislação. Do ponto de vista previdenciário, a Emenda 103 já eliminou justificativas para adoção de novo regime funcional. Uma alternativa para se tentar viabilizar a proposta do Governo pode ser adicionar à proposta uma série de melhorias que delimitassem a possibilidade desse tipo de contratação ao exercício de atividades de apoio administrativo ou operacional, apenas, e equiparassem seus direitos aos previstos para os celetistas, por exemplo, no que se refere ao FGTS, ao aviso prévio, etc. A Câmara tem a chance de melhorar a proposta, bem como o Senado mais adiante. O debate não tem avançado nesta direção. Mas o maior problema está noutro ponto. Debate-se a distinção entre carreiras típicas de Estado e as demais, fazendo uma

confusão conceitual que ignora a natureza dos serviços públicos universais e gratuitos, definidos na Constituição como direitos do cidadão e deveres do Estado, para os quais é indispensável um corpo de servidores profissionais e protegidos contra desmandos. Este debate volta à cena nacional, numa perversa aliança entre aqueles que possuem uma visão minimalista do Estado e os que se engajam em processo de aparelhamento político das forças de segurança. Esta é uma estratégia de fidelização ideológica despudorada que dialoga com um mal disfarçado propósito de “corporativismo golpista”, favorecendo os potenciais aliados do projeto político embutido na proposta. Está aberto o caminho para se consolidar o “Estado Gendarme”. Uma reforma administrativa bem formulada pode melhorar a administração pública. Mas pode também piorar as coisas. Cabe à Câmara e ao Senado agregar valor à moldura legal do Estado brasileiro e assegurar o funcionamento da democracia no país.

Como citar este documento

As citações abaixo seguem os padrões ABNT NBR 6023:2018, APA 7ª edição, Chicago Author-Date (17ª ed.) e BibTeX (LaTeX). Copie o formato exigido pelo periódico ou gerenciador bibliográfico (Zotero, Mendeley, EndNote).

ABNT (NBR 6023:2018)

GAETANI, Francisco. O risco de se usar a Reforma Administrativa para um retrocesso golpista. *jota_import*, 30 ago. 2021. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/o-risco-de-se-usar-a-reforma-administrativa-para-um-retrocesso-golpista>. Acesso via: JurisTube — Acervo Digital de Direito. Disponível em: <https://juristube.com.br/colunistas/francisco-gaetani/o-risco-de-se-usar-a-reforma-administrativa-para-um-retrocesso-golpista>. Acesso em: 26 ago. 2026.

APA 7ª edição

Gaetani, F. (2021, August 30). O risco de se usar a Reforma Administrativa para um retrocesso golpista. **jota_import**. <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/o-risco-de-se-usar-a-reforma-administrativa-para-um-retrocesso-golpista>

Chicago Author-Date (17ª ed.)

GAETANI, Francisco. 2021. “O risco de se usar a Reforma Administrativa para um retrocesso golpista.” **jota_import**, August 30. <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/o-risco-de-se-usar-a-reforma-administrativa-para-um-retrocesso-golpista>

BibTeX

```
@article{francisco-gaetani-o-risco-de-se-usar-a-reforma-administrat-2021,
  author = {Gaetani, Francisco},
  title = {O risco de se usar a Reforma Administrativa para um retrocesso golpista},
  journal = {jota_import},
  year = {2021},
  url = {https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/o-risco-de-se-usar-a-reforma-administrativa-para-um-retrocesso-golpista},
  urldate = {2021-08-30}
}
```



Licença de Uso — CC BY-NC-SA 4.0

Este conteúdo está licenciado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilheIgual 4.0 Internacional (CC BY-NC-SA 4.0). O uso para fins acadêmicos e educacionais é permitido, desde que citada a fonte original (JurisTube) conforme as normas técnicas indicadas neste documento.

Termos completos:
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/deed.pt-br>

JurisTube — Acervo Digital de Direito

<https://juristube.com.br/colunistas/francisco-gaetani/o-risco-de-se-usar-a-reforma-administrativa-para-um-retrocesso-golpista>
PDF gerado em 2026-08-26 20:59 UTC